

Congresso

Com a pauta abarrotada de projetos à espera de votação, a Câmara dos Deputados tem vivido sistematicamente vazia. Nada se delibera, nada se vota, a despeito dos esforços que o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, faz para convocar sua bancada. Por trás dessa situação está uma guerra política que interessa ao PDS, PDT e PT, que se aproveitam da falta de quórum para obstruir os trabalhos. O PDS até desafia o governo:

"Se querem quórum, que coloquem seus deputados em plenário".

Podem até cortar os jetons: os deputados não vão trabalhar.

De nada têm adiantado os sucessivos apelos que o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, faz aos parlamentares de seu partido para que compareçam a Brasília para votar. As convocações são feitas até de madrugada, por telefone. Em vão: nem a ameaça de corte dos jetons parece preocupar os deputados. É a falta de quórum leva o PDS, o PDT e o PT a obstruírem sistematicamente a pauta, que já acumula mais de 250 projetos de interesse do governo.

"Se o governo quer quórum, que coloque seus deputados em plenário", desafiou o líder do PDS, Amaral Neto, depois de anunciar sua pretensão de manter a obstrução dos trabalhos até que a Aliança Democrática decida votar a emenda constitucional que restitui

as prerrogativas do Congresso. A obstrução oposicionista, porém, tem outro objetivo: denunciar a Aliança Democrática como responsável pela paralisação dos trabalhos e pelo esvaziamento da Câmara.

A Aliança Democrática não apresenta justificativas para o que acontece. "Estamos a caminho de uma situação indefensável junto à opinião pública", reconheceu o vice-líder de plantão do PMDB, deputado Maurílio Ferreira Lima. "Ou os parlamentares entendem que a presença deles é uma questão de responsabilidade ou a instituição ficará desmoralizada."

Amaral Neto se aproveita da situação. Ele tem repetido que a liderança do PMDB não pode pretender que o PDS contribua com votos simbólicos da liderança para aprovar matérias que só interessam ao governo. "Exercemos nosso direito de pedir verificação de quórum", disse. Mas manifestou sua disposição de se entender com a liderança governista para organizar "pautas especiais" que poderiam ser aprovadas pelo voto simbólico, "desde que seja permitido incluir projetos que considero de interesse nacional".

Providências

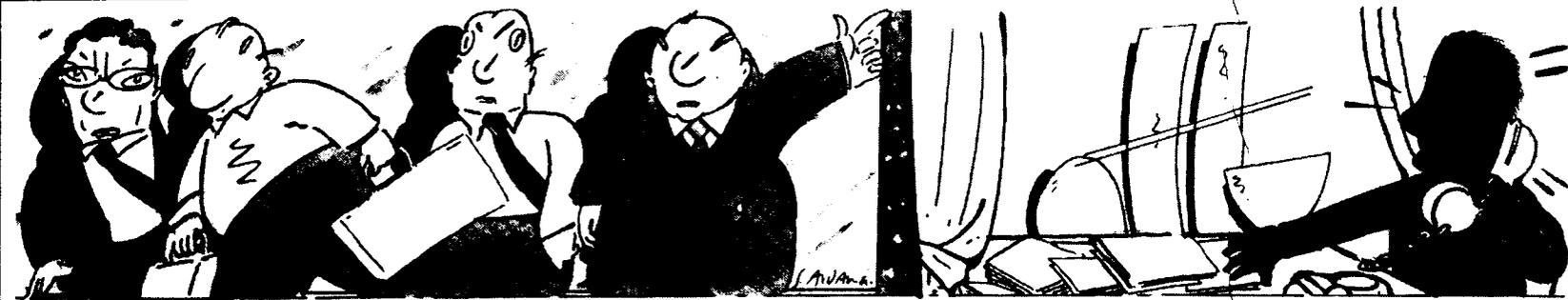
A inclusão na pauta da volta das prerrogativas do Congresso, como quer o PDS, é uma iniciativa polêmica, que até provocou desentendimentos entre os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Congresso, José Fragelli. Fragelli queixa-se que Ulysses engavetou a proposta que, ele acredita, resolveria o problema criado pelo pagamento dos jetons aos ausentes às sessões de votação.

Ulysses alega que não há clima para que a matéria seja votada agora. Diz que isso contribuiria para esvaziar as funções da Assembléia Constituinte. O argumento, além de tudo, serve aos interesses do Executivo, que manteria assim, até o próximo ano, sua hegemonia sobre o Legislativo, que não tem iniciativa para votar matéria financeira, como a alteração do orçamento nacional.

Os pedessistas não escondem sua insatisfação. Receiam que o esvaziamento do Congresso sirva de motivo para mais frustrações e decepções dos segmentos sociais que os procuram em busca de solução para seus problemas, quando descobrirem que as prerrogativas não foram restauradas.

No PMDB, a insatisfação não é menor com os sucessivos ataques da oposição. "É preciso que se tome uma providência drástica", propôs Maurílio Ferreira Lima, convencido de que o corte dos jetons não está adiantando nada. Ferreira Lima sugere a divulgação de uma lista diária dos ausentes. "Isso vai promover uma coação da opinião pública", prevê. "Se não contarmos com essa coação nos ariscaremos a ter o processo legislativo paralisado e até a disputar as próximas eleições sob as regras antigas, oriundas do regime militar".

Mas há quem defenda a ausência dos parlamentares em plenário. O deputado Luís Sefair (PMDB-MG), por exemplo, não concorda que se tome apenas a presença em plenário como parâmetro para avaliar o trabalho dos congressistas. Nesse particular, Sefair garantiu apoio do deputado J.G. de Araújo Jorge (PMDB-RJ), que acredita que muitas vezes um parlamentar ausente está trabalhando em seu gabinete ou em seu Estado preparando um projeto de lei. "E esse merece muito mais o jeton que aquele que está em plenário apenas ouvindo um discurso."



O deputado José Eudes (PDT-RJ) condenou ontem as tentativas de se regulamentar a atividade lobbista junto ao Congresso Nacional. "Permitir que os lobbies atuem livremente no Congresso é institucionalizar a corrupção, é transformar esta casa em um balcão de negócios e distorcer o trabalho da futura Assembléia Nacional Constituinte", acrescentou.

Eudes reconhece, no entanto, que o seu ponto de vista não é aceito pela esmagadora maioria dos deputados. Além dele, até agora, só o vice-presidente da Câmara, Humberto Souto, se manifestou contra os grupos que fazem lobby junto ao Congresso.

Para o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), contudo, "a atuação do lobby é fundamental para a democracia, na

AS PRERROGATIVAS

medida em que permite aos legisladores ter conhecimento de todos os aspectos e interesses envolvidos nas decisões que são tomadas. Um dos problemas do Congresso é justamente a falta de informação dos parlamentares sobre a variada gama de assuntos sob sua apreciação. Nesse sentido, o lobby auxilia o Congresso", salientou.

Hélio Duque é um dos que considera importante distinguir a atuação aberta e registrada dos grupos de pressão do que chama o "jogo sujo" daqueles que tentam influenciar a ação dos parlamentares pelo

oferecimento de vantagens financeiras e de outros tipos. "Acho que lobby é uma atividade legítima, desde que seja feita às claras e por pessoas preparadas para isso e acho que o melhor caminho para que ele seja transparente é a sua regulamentação urgente pelo Congresso. Só assim sabemos quem atua e como se atua nesse setor", assinalou o parlamentar.

Enquanto isso, cresce a cada dia o assédio dos grupos de pressão, com o prédio do Congresso sendo procurado por grupos sociais e personalidades expressivas da sociedade brasileira que vão levar a

senadores e deputados suas reivindicações e opiniões.

"Estamos sendo procurados por delegações que representam interesses trabalhistas, mas é sabido que nós podemos fazer muito pouco", lembra o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, acrescentando que enquanto o Congresso não recuperar suas prerrogativas, quase nada pode ser feito em favor do povo.

"A nossa situação é a mesma de dois a três anos atrás. O povo, porém, nutre a expectativa de que o deputado voltou a ser importante e nos procura. Mas isso pode gerar frustração e desalento porque nasce de uma quimera. Nosso poder é nominal, o Congresso continua apenas a homologar leis do Executivo", destaca Edison Lobão (PFL-MA).

Eleição.
(E a gráfica do Senado não pára.)

A pouco mais de seis meses das eleições para a Constituinte, o Centro Gráfico do Senado — Cegraf — trabalha a todo vapor, em três turnos de seis horas cada, das 7h30 à 1h30 da madrugada, para atender ao enorme volume de encomendas e pedidos de publicações dos parlamentares, que variam desde separatas com discursos até cartazes de propaganda eleitoral. Teoricamente, a gráfica imprime apenas publicações relacionadas com a atividade legislativa, mas, na prática, desde que observada a cota de cada congressista, executa também outras solicitações dos deputados e senadores.

Em um ano normal, como em 85, com uma dotação orçamentária no valor de 143 bilhões de cruzeiros, o Cegraf atendeu 12 mil 110 ordens de serviços autorizadas pela Coordenação de Publicações, incluindo não somente encomendas individuais dos parlamentares, mas todas as publicações referentes ao trabalho legislativo, como avulsos de projetos, pareceres, ordens do dia das sessões plenárias e edições técnicas do Congresso.

Para 86, a gráfica do Senado prevê o atendimento de mais de 13 milhões de ordens de serviços, dispondo para isso de uma verba aproximadamente de 250 milhões de cruzados, suficiente para cobrir os custos industriais das suas publicações. O maior número de pedidos em 85 não partiu dos deputados e senadores, pois do total de 12 mil solicitações, nove mil foram publicações ligadas ao processo legislativo. Apenas três solicitações são de autoria dos congressistas e órgãos do próprio congresso.

Em número de exemplares, contudo, os parlamentares superarão as publicações destinadas a outros fins, pois dispõem para este ano de uma cota de mais de 250 mil cruzados apenas no Senado. Em termo de publicação, significa que cada senador pode mandar imprimir, sem desembolsar um só centavo do seu bolso, até cinco mil exemplares de dois livros com cerca de cem páginas cada. E em um ano eleitoral, raros dispensam as facilidades do Cegraf. Mas as cotas de cada

senador são um segredo guardado a sete chaves.

Alvo: o eleitorado

Basta andar pelos corredores do Senado para constatar a voracidade com que a maioria dos parlamentares solicita os serviços da gráfica, que, no ano passado, teve aumentado para 1.500 o seu número de funcionários, graças a um dos famosos "trens de alegria" que costumam dar partida a cada fim de mandato das mesas diretoras.

Nas portas dos gabinetes parlamentares estão empilhados centenas de pacotes em papel pardo, contendo publicações as mais variadas, destinadas, é claro, ao eleitorado. A maioria prefere distribuir livros com seus discursos e apartes nas sessões plenárias, mas não falta quem mande também imprimir o balanço dos seus quatro anos de mandato: em geral atividades realizadas fora do Congresso e de Brasília.

O Cegraf faz o serviço completo e entrega as encomendas prontas para serem despachadas para os Estados pelos correios, faltando apenas o endereço dos destinatários, que é colocado febrilmente pelos funcionários de cada gabinete parlamentar. Nesta época do ano, próximo às eleições, quase todos se queixam das horas extras trabalhadas com essa finalidade.

Cautelosos diante da imprensa, que denunciou seguidamente os trens de alegria em suas estações, os funcionários da gráfica do Senado se recusam a atender jornalistas, só o fazendo com ordens expressas do presidente do Senado, José Fragelli. Mesmo assim, mostram-se reticentes nas informações prestadas.

Apesar disso, admitem que, se estiver dentro da cota de cada parlamentar, curiosamente maior no Senado que na Câmara, imprimem também cartazes com fotos dos deputados e senadores e publicações sabidamente utilizadas como propaganda eleitoral. Tudo grátis, pois a gráfica existe para atender aos congressistas e às atividades do Legislativo.